

ÁGUA QUENTE



Órgão de Comunicação interno do SINDISAN - ANO XXVII - Nº 1165 | Aracaju/SE, quinta-feira, 14 de setembro de 2017

RUA MAL. DEODORO 1012 E 1024 - ARACAJU/SE - CEP: 49055 400 - TEL. : (79) 3214 3650 - FAX: (79) 3211 1517
Home page: www.sindisan.org.br | E-mail: sindisan.se@gmail.com

DIREITO À ÁGUA

Sindisan e Comissão da Câmara Federal lançam o FAMA em Sergipe

Sergipe recebe nesta sexta-feira, dia 15, uma das etapas dos seminários regionais preparativos para o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama) 2018. O evento acontece no plenário da Assembleia Legislativa, às 9 horas. Com participação não apenas de Sergipe, mas também de representantes dos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, este ato é fruto do requerimento nº 166/2017, apresentado pelos deputados João Daniel (PT/SE) e Givaldo Vieira (PT/ES), presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados, promotora do seminário, junto com o Sindisan.

A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) está na organização dos seminários regionais, dos quais participam diversas entidades, representantes do movimento sindical, do movimento popular, deputados federais, estaduais e vereadores, prefeitos e representantes dos executivos federal e estaduais, universidades e igrejas.

Com o tema "Os desafios da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a construção do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA – 2018", em Sergipe o seminário terá como palestrantes o engenheiro Abelardo de Oliveira Filho, ex-presidente da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) e Pedro Blois, presidente da FNU.

Em todas as regiões do país estão sendo realizados seminários regionais, que têm como objetivo denunciar e fortalecer a luta contra a privatização do saneamento no Brasil e ajudar na preparação

do Fórum Alternativo Mundial da Água no próximo ano.

FORTELECIMENTO DA LUTA

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgotos de Sergipe (Sindisan), que apoia e está na construção do FAMA, Sérgio Passos, o seminário será um importante espaço de fortalecimento da luta pelo direito de acesso universal à água e aos demais serviços de saneamento básico, como aponta resoluções das Nações Unidas.

"Também fortalecerá a nossa luta contra a privatização do setor de saneamento do país, que vem sendo atacado pelo governo golpista de Temer, que quer obrigar os estados a entregarem de mão beijada as suas empresas públicas ao grande capital nacional e internacional e a multinacionais que estão de olho nas nossas reservas de água potável, as maiores do mundo", disse.

Sérgio acrescentou que será muito importante a participação de todos nesse seminário, já que Sergipe, assim como outros estados do Nordeste, convive com a escassez hídrica. "E defender as empresas públicas de saneamento é defender o direito fundamental de acesso à água e ao esgotamento sanitário para todos, como fontes de saúde e de vida", apontou Sérgio Passos.

UNIVERSALIZAÇÃO

Na avaliação do deputado João Daniel, a água é um bem público e sua produção e distribuição tem que ter como princípio a universalização e não o lucro.

"Como uma das etapas da construção do Fórum Alternativo Mundial da



Água, esse seminário será uma oportunidade de discutir, junto com trabalhadores do setor e estudiosos do tema, problemas relacionados à água e ao saneamento, como direito fundamental, considerando que o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, bem como a recuperação e proteção das nascentes, das áreas de mananciais, e tantos outros temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e uso racional da água", destacou o deputado João Daniel, lembrando que a oferta do saneamento básico universal é o grande responsável pela redução de inúmeras doenças que, infelizmente, ainda atingem especialmente as populações mais pobres.

Audiência Pública



FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA

Universalização do Saneamento Básico e Controle Social

15 de Setembro | 9 horas | Assembleia Legislativa de Sergipe

REALIZAÇÃO:



POSIÇÃO

Horas extras só em último caso!

Sobre a nota publicada no último boletim Água Quente, intitulada "Privilegio para alguns", o setor de Transporte da Deso procurou o sindicato para explicar a situação. Entendemos ser importante esse diálogo a fim de sanar os problemas levantados.

A posição do Sindisan, diante do que foi colocado pela gerência do setor, é que, apesar de alguns avanços apontados, o fato apontado pelo sindicato (fruto de denúncia de quem verificou o ocorrido) existiu.

Também entendemos que horas extras só devem ser feitas em último caso, e o problema do excesso ainda persiste em vários setores (ainda que a Gerência Administrativa seja a que menos faz).

É bom lembrar que, segundo especialistas, quando numa empresa se faz muitas horas extras, duas coisas podem estar ocorrendo: ou falta de pessoal, ou falta de gerenciamento. Mesmo com os novos contratados e a prorrogação do concurso, a folha de horas extras não reduz. Com a palavra, a direção da Deso.

DEFESA DA DESO

Debates continuam nas Câmaras

O Sindisan segue firme na defesa da Deso como empresa pública e contra a sua privatização. A direção do sindicato continua visitando as câmaras de vereadores de municípios onde a Companhia tem concessão dos serviços de saneamento.

Já foram visitadas quase 50 Câmaras Municipais, discutindo com os vereadores e com a população, a importância dos serviços de fornecimento de água tratada que a Deso presta aos sergipanos,

em especial, os mais pobres e os que vivem em povoados distantes.

As últimas Câmaras visitadas foram de: Muribeca (8/8), Itaporanga (10/8), Aparecida (11/8), Frei Paulo (15/8), Telha (17/8), Pinhão (18/8), Canhoba (24/8), Maruim (29/8), São Domingos (30/8) e Cristinápolis (5/9).

O sindicato segue dialogando com as demais Câmaras Municipais para levar o debate contra a privatização da Deso e por mais valorização da Companhia.



▲ Presidente Sérgio Passos faz sua exposição em defesa da Deso pública, em Cristinápolis

SÃO CRISTÓVÃO

Diretoria do SAAE não marca reunião

Até o presente momento, a direção do SAAE de São Cristóvão não se pronunciou quanto ao reajuste salarial dos seus trabalhadores.

O Sindisan encaminhou a pauta de reivindicações da categoria e solicitou que a direção do SAAE marcasse uma reunião para tratar do Acordo Coletivo. Os diretores do Sindisan compareceram na sede da Autarquia para resolver o problema, mas a direção do SAAE não apresentou nenhuma data para se reunir.

Portanto, até o momento, a reunião não aconteceu e os trabalhadores continuam sem reajuste. É bom lembrar que esses trabalhadores tiveram seu último reajuste no ano de 2010, pago em 2011. Os trabalhadores já tem uma defasagem salarial de mais ou menos 60%. Esperamos mais sensibilidade dos diretores do SAAE e que seja resolvido esse problema o quanto antes. Os trabalhadores não aguentam mais tanto arrocho!

CHARGE

Andando para trás...

DEPOIS DA COPA E DAS OLIMPIADAS, BRASIL SE PREPARA PRA SEDIAR A IDADE MÉDIA.



Lafa

CRÍTICAS

Reforma Trabalhista não poderá sobrepor direitos Constitucionais

Conclusão foi unânime entre os convidados de audiência pública realizada no Senado Federal

No último dia 11/9, os convidados da audiência pública realizada pela Subcomissão do Trabalho, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, foram unânimes em criticar a Reforma Trabalhista.

De acordo com os convidados, o conjunto de alterações propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer não pode sobrepor os direitos assegurados na Constituição. Entre os itens inconstitucionais, destacados pela mesa de debatedores, está o negociado sobre o legislado, que privilegia os acordos entre empregadores e empregados em relação à legislação.

Participaram do encontro, mediado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Arantes; o advogado trabalhista Luis Carlos Moro; o procurador Helder Amorim; Maximiliano Nagl Garcez, representante da Associação latino americana de advogado trabalhistas; e a professora da Universidade de Brasília (UnB), Gabriela Delgado.

De acordo com a ministra Delaíde, a Reforma Trabalhista, que começa a vigorar no próximo dia 11 de novembro, precisa respeitar a Constituição. "Fizemos um juramento de julgar e vamos aplicar a lei ordinária que aprovou a reforma trabalhista, mas não vamos apli-

cá-la isoladamente. É uma lei trabalhista que se insere à luz da proteção constitucional e à luz da legislação internacional", afirmou a magistrada.

Maximiliano Nagl Garcez foi ainda mais duro nas críticas. "A Reforma Trabalhista não é só um ataque aos direitos trabalhistas, mas é praticamente a revogação da dignidade da pessoa humana. Isso tem sido o mote de coisas estarrecedoras que acontecem no Brasil por causa desse governo golpista."

Na reunião, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou a coleta de assinaturas em apoio a um projeto de lei de iniciativa popular para revogar a reforma trabalhista. Em entrevista à Rede Brasil Atual, a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, falou sobre a iniciativa.

"O projeto ele é, principalmente, para mobilizar. Não só como uma proposta legislativa, mas principalmente para dizer aos trabalhadores e trabalhadoras, em todos os cantinhos desse país, dos males dessa reforma e que nós precisamos do apoio, nós precisamos ter uma mobilização realmente de massa para se contrapor a tudo isso que tem contra nós", encerrou a dirigente.

■ Com informações da RBA e da Agência Senado



▲ Debatedores fizeram duras críticas à proposta de Reforma Trabalhista aprovada

REAÇÃO

Campanha para anular Reforma Trabalhista já está nas ruas

As manifestações do Grito dos Excluídos, na quinta-feira, 7 de Setembro, em todo o país, foram o espaço de lançamento nacional da Campanha Pela Anulação da Reforma Trabalhista, que vai coletar 1,3 milhão de assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que propõe a revogação da Reforma Trabalhista de Temer, prevista para entrar em vigor no próximo dia 11 de novembro.

Após o recolhimento das assinaturas, o projeto será entregue à Câmara dos Deputados, com o lançamento de uma nova etapa da campanha, para exigir a votação da proposta. O objetivo do Projeto de Lei de Iniciativa Popular é fazer com que essa medida se some a outras 11 leis revogadas por meio desse instrumento.

A campanha pela anulação da Reforma Trabalhista foi aprovada no recente Congresso Extraordinário da CUT e prevê também a criação de comitês por essas entidades, para coleta de assinaturas. (Do site da CUT)

ANALISTAS

Políticas de Temer remete o Brasil à condição de Colônia

As perspectivas para o Brasil estão longe de permitir análises otimistas e a situação do país faz convergir os diagnósticos dos economistas e professores Luiz Gonzaga Belluzzo e Delfim Netto. Ambos participaram, no dia 11/9, do debate "A agenda brasileira: superando a miséria da crítica", promovido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Para Belluzzo, a atual política econômica de ajuste fiscal do governo Michel Temer é "uma coisa de insensatez". "Não entra na minha cabeça fazer um ajuste fiscal e cortar o investimento desse jeito. Isso não existe. É uma coisa insana."

"Voltamos a ser colônia. Os economistas que estiveram no poder conseguiram. Não adianta discutir. Se o Brasil não voltar a se pensar 25 anos à frente, não vamos sair desse enrosco", disse Delfim. (Do site da RBS)

FUSÃO DE FUNDOS

Sindicatos e deputados debatem previdência dos servidores

Dirigentes de sindicatos do serviço público estadual e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) participaram de reunião, na manhã do dia 4 de setembro, na sala da presidência da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE), com o propósito de dar continuidade à discussão sobre o futuro da previdência dos servidores do Estado de Sergipe. Além do presidente da Assembleia, deputado Luciano Bispo (PMDB), estiveram presentes a deputada Ana Lúcia (PT) e os deputados Zezinho Guimarães (PMDB) e Capitão Samuel (PSL).

A reunião estava acertada desde o dia 31/8, quando os deputados estaduais aprovaram os Projetos de Lei nº 10 e nº 11/2017, que tratam da Previdência estadual. O objetivo desta reunião foi traçar propostas para serem apresentadas ao Governo que visem assegurar a capitalização do que restou do fundo previdenciário.

A fusão dos fundos previdenciários (Finanprev e Funprev) e a criação do teto não significou o fim da mobilização do movimento sindical estadual. Foi por meio da pressão feita pelos sindicatos, que o Governo Jackson Barreto voltou atrás e apresentou emendas ao projeto de lei com o intuito de capitalizar a previdência.

Uma das emendas foi proposta pela deputada Ana Lúcia (PT) que, em diálogo com os sindicatos, garantiu que 50% dos royalties da exploração de petróleo e gás sejam destinados para a sustentabilidade do Finanprev. Também foram aprovadas as emendas que garantem 100% dos recursos da dívida ativa do Estado e venda de terrenos do estado para a capitalização do fundo previdenciário.

No entanto, o movimento sindical tem consolidado o entendimento que somente essas emendas e a fusão dos fundos não são suficientes para garantir os benefícios de pensão e aposentadorias. Para isso, os sindicatos propõem que o Governo do Estado siga, desde já, fazendo aportes mensais para financiar a previdência.

■ **Leia mais no site da CUT/SE - bit.ly/2wqhOIF**



▲ Reunião aconteceu na sala da Presidência da Alese, no último dia 4

Assembleia Geral

A Direção do SINDISAN, no uso de suas atribuições, convoca todos (as) os(as) trabalhadores(as) da DESO para uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 23/09/2017, sábado, às 9 horas, na sede do Sindicato, na Rua Marechal Deodoro, nº 1024, bairro Getúlio Vargas, para deliberar sobre a seguinte pauta:

- Informes;
- Discussão e elaboração da pauta para o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018;
- O que ocorrer.

Assédio no Trabalho: o que a vítima deve fazer?

- 1) Anote com detalhes todas as humilhações sofridas.
- 2) Peça ajuda de colegas que testemunharam as humilhações.
- 3) Evite conversar com o agressor, sem testemunhas.
- 4) Procure seu sindicato e relate o acontecido.
- 5) Recorra a um advogado, Ministério Público, Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão de Direitos Humanos e Conselho Regional de Medicina.
- 6) Busque apoio junto a familiares, amigos e colegas.

Denuncie!